

A PERCEPÇÃO DOCENTE FRENTE AO TEMA: AUTISMO

Taynara Farias de Azevedo

<http://lattes.cnpq.br/3075429880114143>

<https://orcid.org/0009-0007-4346-8235>

E-mail: taynara-farias1@hotmail.com

Gilvania Coutinho da Silva

<https://orcid.org/0009-0008-7491-8689>

E-mail: gilvaniacoutinho2@gmail.com

Severina do Ramo de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0003-3215-8814>

E-mail: severinaoliveiraprof@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-06>

RESUMO: O transtorno do espectro autista (TEA) é uma realidade que atinge dois milhões de brasileiros. Assim como toda pessoa, o autista é um sujeito de direitos e deve ser tratado em condição de igualdade em relação aos demais e no qual sempre devem ser respeitados seus limites. A educação é, portanto, vista como uma possibilidade de superação das barreiras de interação, e uma vez promovendo a inclusão desse alunado, a escola possui o papel primordial para o desenvolvimento das capacidades do autista. Nesse contexto o docente se torna a figura de extrema importância, pois está cotidianamente lidando com os desafios imbricados no cotidiano da sala de aula. Por esse motivo, conhecer a percepção dos docentes frente ao tema autismo possibilita uma autoavaliação tão importante que pelo exaustivo trabalho do dia a dia nos impedem de refletir.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Docência. Educação.

TEACHER PERCEPTION ON THE TOPIC: AUTISM

ABSTRACT: Autism spectrum disorder (ASD) is a reality that affects two million Brazilians. Just like every person, autistic people are subjects of rights and must be treated on an equal basis with others and their limits must always be respected. Education is, therefore, seen as a possibility of overcoming interaction barriers, and once promoting the inclusion of these students, the school has a primary role in developing the capabilities of autistic people. In this context, the teacher becomes an extremely important figure, as he is daily dealing with the challenges intertwined in the everyday classroom. For this reason, knowing the perception of teachers regarding the topic of autism allows for a self-evaluation that is so important that due to the exhaustive day-to-day work, it prevents us from reflecting.

KEYWORDS: Autism. Teaching. Education.

INTRODUÇÃO

O autismo é considerado um transtorno, conhecido por Transtorno do espectro autista (TEA). Atualmente a sociedade tem trabalhado muito o tema da inclusão, em todos

os campos e áreas as referências para a inclusão social são aplicadas, que pode envolver exemplo como a reserva de uma área para veículos dirigidos por pessoas com deficiência ou mesmo a implementação de macropolíticas. O fato é que a educação também constitui uma principal via para promoção da igualdade, respeito, consciencia, conhecimento e desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, nesse sentido o aluno autista.

Incluir está além da garantia de matrícula de um aluno na escola. A inclusão perpassa todo esse conceito, e significa, portanto, a necessidade de um acompanhamento sistematizado que vá de encontro com as necessidades do aluno, pois um mesmo caso de diagnóstico autista pode demandar respostas diferentes. A inclusão necessita que o ambiente escolar esteja todo preparado para acolher o aluno e promover seu pleno desenvolvimento que vai desde a etapa da infância.

A primeira parte dessa pesquisa permitirá conhecer a história sobre o autismo, e todo seu processo de classificação até chegar à atualidade, nesse sentido estará sanando os preconceitos e possibilitando à informação. Em seguida, o enfoque passará ao contexto da educação brasileira, no qual irá ser apresentado o autismo de acordo com o aparato legal do país, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Viver Sem limites através do Decreto 7.612 de 2011.

Na sequência será apresentado de forma crítica o resultado da entrevista realizada com sete professores da rede pública de ensino do município de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte, cujo objetivo principal foi o de conhecer a percepção dos docentes sobre o tema autismo. Essa pesquisa tem caráter bibliográfico e por meio de pesquisa de campo, através de entrevista, com abordagem qualitativa. Por fim, a última seção se refere às considerações finais diante do contexto das falas dos professores entrevistados, ressaltando os pontos positivos e negativos no contexto.

A HISTÓRIA SOBRE O AUTISMO: DE 1900 A ATUALIDADE

O autismo, a forma como foi classificado e como teve seu conceito definido, tem sofrido alterações nos últimos anos. Hoje, conhecemos como uma patologia, mais

precisamente uma doença que afeta o desenvolvimento do ser humano e que possui várias causas, sendo de ordem genética e ambiental. Todavia, a fim de compreender o processo que ordenou o estágio de conclusão que a sociedade aplica hoje a essa realidade da condição humana, é importante levar em consideração como ele foi classificado desde a primeira vez, nesse sentido estarse-á reduzindo os preconceitos e possibilitando a informação.

A história do autismo, de acordo com o núcleo do Instituto PENSI 2015 (Pesquisa e Ensino em Saúde Infantil) a ONG Austismo & Realidade, é marcada por alguns fatos que perpassam o período desde 1908 que fora iniciado com o psiquiatra suíço Eugen Bleuler no qual impregou no primeiro momento o termo autismo; em seguida, em 1943 foi definido pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner que teve a honra de em 1943 descrevê-lo como “distúrbios autísticos do contato afetivo” a partir de observações com crianças, logo, o autismo sendo identificado no período da infância.

De acordo com Ferreira (2004, p. 27 *apud* Kanner 1983, p. 253) as crianças através desse estudo revelavam características similares que formava uma única síndrome, que até o presente momento não era explicada, da qual fazia parte um distúrbio fundamentado na inaptidão das crianças comparadas com aquelas ditas normais que reagem a situações normais desde o início de sua vida; “quando Todas as crianças do grupo apresentavam um extremo isolamento, negligenciando, ignorando ou recusando tudo do mundo exterior”, e continua:

Em todo o grupo, são raros os pais e mães realmente calorosos. Na maioria dos casos, os pais, avós e colaterais são pessoas muito preocupadas com coisas abstratas, sejam elas de natureza científica, literária ou artística, e limitadas no interesse autêntico que têm para as pessoas. Mesmo nos casamentos mais felizes permanecem relações mais frias e formais (Ferreira, 2004, p. 28 *apud* Kanner, 1983, p. 264).

Um ano após, em 1944, obtivemos um novo progresso na história do autismo que derivou da publicação de um artigo intitulado “A psicopatia autista na infância” escrito por Hans Asperge também psiquiatra, e no qual exaltava a capacidade de crianças em discutir um determinado tema dado de maneira esmiuçada e precisa.

Pouco mais tarde em 1952 é publicado um manual pela Associação Americana de Psiquiatria que apresenta algumas considerações para que o autismo seja identificado e/ou classificado, porém é importante ressaltar que ainda nesse período não havia um

diagnóstico separado para o autismo, ele ainda estava convencionado a esquizofrenia infantil. Isso nos remete a verificar que por mais de quatro décadas de estudos e observações, o autismo ainda se apresentava como um mistério difícil de elucidar, e tal fato levavam a afirmações preconceituosas e injustas que quase sempre eram justificadas pela falta dos cuidados/amor materno.

Ao longo dos vinte primeiros anos após a descrição de Kanner, o Autismo foi concebido como um transtorno emocional, produzido por fatores emocionais ou afetivos. Imperou-se, na década de 1960, a crença de que esta síndrome seria produzida por pais não responsivos, incapazes de proporcionar adequado afeto ao filho. Assim, o autismo seria tratado a partir de terapias dinâmicas capazes de restabelecer os laços emocionais entre a criança e seus cuidadores (Klin, 2006; Rivieri, 2004).

A década de 1960 envolve particularmente dois acontecimentos que merecem destaque, o primeiro foi uma criação realizada por uma mulher diagnosticada com autismo ou a síndrome de Asperger chamada de “máquina do abraço”, que era exatamente um aparelho desenvolvido para lhe abraçar e que lhe acalmava e com isso tornou-se uma pessoa bem-sucedida, além de transformar o olhar das pessoas sobre essa patologia através de sua criação e das consequências significativas desta. O outro acontecimento ocorreu em 1968 quando é publicado um segundo Manual como o de 1952, porém esse mais atualizado por conter informações detalhadas sobre as doenças mentais.

Em 1978 o autismo é classificado e definido de acordo com fundamentos em quatro grandes critérios, que também podem ser entendidos como bases para avaliar o comportamento da pessoa se de acordo ou não com a doença, e que são classificados por Michael Rutter, sendo eles:

1) atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; 2) problemas de comunicação e novamente, não só em função de deficiência intelectual associada; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos 30 meses de idade (Instituto Pensi, 2015).

Em 1980 pode ser considerada a que possuiu mais avanços se em comparação com os outros períodos anteriores. Nessa época já havia maior estudo e publicações relevantes a respeito do autismo, justamente por essa sucessão de fatos nesse mesmo ano o autismo é condicionado pela primeira vez na história a ser situado na classe dos

transtornos, foi, portanto, estabelecido na classe dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, ou TIDs, recebendo, pois, a classificação de CID-10.

Nesse mesmo período, mais precisamente um ano seguinte à figura feminina Lorna Wing também médica psiquiatra levou o autismo a ser conhecido e reconhecido no mundo inteiro através de seu trabalho. Já em 1988 o psicólogo Ivar Lovaas torna público um estudo dos benefícios da terapia comportamental para as crianças autistas que se deu mediante estudos com crianças autistas submetidas a intensidade da terapia e que alcançou resultados excepcionais ao longo de dois anos.

Chegado os anos 1990 são esperados que novos critérios fossem instaurados para definir o autismo, e justamente para garantir a formalidade e autenticidade das informações é modificado novamente em 1994 o sistema de avaliação conhecido por DSM-IV, definindo novos critérios funcionais para permitir que não houvesse disparidades nas avaliações entre as pessoas que realizam a pesquisa e entre os clínicos.

Vale salientar que os critérios de diagnóstico da patologia não se alteram, o que ocorre nesse período é a expansão dos critérios potenciais. Nesse sentido:

Com relação aos aspectos pragmáticos da linguagem, há prejuízo na compreensão e uso da linguagem, dentro de um contexto social, mas não necessariamente do significado literal. Embora os acompanhamentos não-verbais da fala normal - expressão facial, contato ocular, postura corporal, gestos, mímica - quase sempre estejam afetados, o “prejuízo social” consiste em dificuldades no uso espontâneo de sistemas verbais e não-verbais de comunicação, que tornam o intercâmbio social recíproco efetivo (Wing, 1982).

Embora todo o sucesso que advém das pesquisas e estudos, em 1998 um susto toma conta das pessoas devido à publicação do cientista Andrew Wakefield no qual relatava que a vacina Tríplice, que é contra o sarampo, a catapora e a rubéola poderiam ser a causa do autismo, contudo a situação foi logo controlada e outros cientistas e estudiosos descartaram cientificamente essa hipótese para alívio da população.

E mesmo com toda a história e avanços os anos 2000 são de fundamental importância para compreensão do autismo e principalmente na luta cujo objetivo é vencer o preconceito social através da informação e também no sentido de dá suporte as famílias e profissionais que convivem com as pessoas autistas. Em 02 de abril de 2007 passa a ser considerado o dia mundial da conscientização do autismo, como diz o Dr. Ricardo Halpen

em entrevista no ano de 2015: “Esse ato, pelo seu simbolismo, abriu possibilidades para um maior diálogo entre as famílias, profissionais da área e os próprios indivíduos com autismo (...) produzindo mais conhecimento, desmitificando crenças”.

No ano de 2013 houve o lançamento 5ª edição do DSM no qual ficou definido que as pessoas passarão a ser diagnosticados como um único espectro, mas que possui diversos graus de gravidade, e assim o diagnóstico passa a ser concebido como Transtorno do Espectro Autista – TEA, como se conhece na atualidade. Já em 2014 foi estimado que a população que estava sendo atingida chegava a 70 milhões em nível mundial, e 2 milhões estariam localizadas aqui no Brasil, tudo isso de acordo com o relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças – CDC.

Mais em 2014 uma nova causa é apresentada e, portanto, somada ao autismo, se trata do fator ambiental. De acordo com um estudo realizado na Suécia, o fator genético assim como as causas ambientais, como por exemplo, o nível socioeconômico da família, complicações na hora do parto e uso de álcool e outras drogas, colaboram fundamentalmente para o diagnóstico de pessoas nascidas autistas.

Nota-se que esse vasto conhecimento produzido até esse momento da história permanece em constante crescimento, e a cada novo estudo os conhecimentos a respeito do autismo abrange novas áreas, dentre elas o ensino, e quando falamos nesse tema nossa atenção merece ser redobrada, como destaca Silva (2012, p.109):

Para crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados.

Percebemos que a partir dessa fala que é notória a importância da educação especializada para o desenvolvimento da criança com espectro autista, no sentido de que o educador deverá estar bem preparado para lidar com esses alunos e incluí-los respeitando seus limites e valorizando suas habilidades, pois esse é sem dúvidas um profissional cuja responsabilidade representa a construção do conhecimento pedagógico redirecionado ao aluno.

Estes indivíduos apresentavam, segundo a sua descrição, extrema solidão, ignorando ou impedindo a entrada de estímulos externos. Em suas palavras, “O contato físico direto e os movimentos ou os ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa” (Riviére, 2004, p. 235).

A partir da fala de Riviére percebemos o quanto é difícil, complexo e desafiador a engrenagem para compreender e trabalhar com a educação formal dos alunos autistas. Justamente por isso, discutiremos a seguir alguns pontos de como é encarado o autismo nas escolas regulares de ensino do sistema educacional brasileiro.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR AUTISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Antes de iniciar qualquer abordagem e/ou discussão para compreender o ensino brasileiro em relação a educação regular do aluno ou aluna autista, é importante ter consciencia que baseado no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, todos os cidadãos, sejam eles, brasileiros ou estrangeiros residentes no país, são perante a lei iguais, isto é, possuem direitos e deveres sem distinção, evidentemente respeitando sua igualdade de aptidões e de possibilidades.

Sabemos, com todas as definições a respeito do autismo que foram apresentadas no capítulo anterior, que a patologia limita o indivíduo em alguns aspectos, e por muitas vezes se torna difícil sua inserção no ambiente comum da sala de aula, mas é necessário compreender que muitas coisas podem ser realizadas com o aluno(a) autista, a começar pela esperança de que existe nele a capacidade para estudar e se desenvolver.

A inclusão é primordial nesse aspecto, e não cabe a nós, enquanto sociedade e mais precisamente enquanto formadores pedagógicos, limitar sua interação, e logo, excluir o aluno autista do seu convívio social escolar, embora ele encare o universo que o envolve sobre outra perspectiva. Pois, sabemos que as diferenças humanas são apresentadas de muitas maneiras e nenhuma deve ser vista sob a ótica do “melhor” ou “pior”.

O paradigma da inclusão remete a pensar as questões do acesso e da qualidade na educação, chamando atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo, com vistas à eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a

aprendizagem de todos na escola. Nesse sentido a política de educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas para atender as especificidades de cada aluno no processo educacional, dentre elas, a ampliação da oferta de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais (Comitê Editorial, 206, p. 3).

A inclusão é um direito todos e deve ser entendida de tal forma, e isso constitui uma ordem de suma importância que nos é assegurado no contexto social democrático brasileiro. Incluir é ocupar um espaço comum na comunidade, e essa comunidade deverá respeitar e bem acolher as diversidades inerentes à condição humana, seja elas individuais ou coletivas, a fim de promover o desenvolvimento em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica (Brasil, 2001, p. 13)).

Diante dessas considerações Marchesi e Martin (1995, p. 13), estabelecem que:

Ao passo que a concepção baseada na deficiência considerava mais normal à escolarização destes alunos em centros específicos de educação especial, a concepção baseada nas necessidades educacionais especiais vê a integração como a opção normal, sendo extraordinárias as decisões mais segregadas.

Dito isso, consideramos que as políticas de educação cujo interesse é prezar pela garantia da inclusão simbolizam um grande avanço na educação brasileira, uma vez que promovem garantir os direitos dos alunos autistas e condicionam o sistema de ensino a desenvolver adequações de acordo com a situação de seu alunado.

São muitos os documentos legais que podemos fazer uso para que o direito ao ensino pelos alunos autistas seja assegurado, dentre eles podemos destacar: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na parte que trata sobre educação especial, contamos também com o apoio da Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Viver Sem limites através do Decreto 7.612 de 2011.

O Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pontua alguns princípios que favorece o acesso do aluno autista a escola regular, como por exemplo, “a igualdade de condições para o acesso e permanência” ou “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”. A Constituição de 1988 assegura em seu Art. 5º a igualdade entre as pessoas, como já supracitado anteriormente. A Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência através do Decreto que reconhece a diversidade social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente mais conhecido pela sua inicial ECA dispõe em seu artigo 54 que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência de forma preferencial no ensino regular, uma vez que para garantir a educação, crianças e adolescentes necessitam de preparo para efetivar sua cidadania e lhe qualificar para o mercado formal de emprego.

De acordo com a Cartilha Direitos das Pessoas com Autismo publicada no Estado de São Paulo em 2011 o atendimento educacional especializado se refere ao “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. Nesse sentido a escola não pode omitir sua responsabilidade ou negar o acesso à sala de aula independente da condição do aluno.

Ao contrário, deve ser a escola que precisa mudar, e não os alunos e as alunas é a escola que precisa apoiar o compromisso ético e democrático com abertura a pluralidade e a diferenciação das pessoas que estão inseridos nesse ambiente, além disso, pautar primeiramente a aprendizagem e não as temáticas descontextualizadas (Brasil, 2007a, p.6).

Por fim, temos um documento não menos importante, o Plano Viver Sem limites através do Decreto 7.612 de 2011 que possui a finalidade de “promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência”. O Art. 3º desse Decreto ainda garante, dentre outras coisas um I- sistema educacional inclusiv, VIII- promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva, III - inclusão social; e IV - acessibilidade.

O fato é que muitos desafios ainda existem no decurso desse processo de inclusão. Um deles diz respeito a profissionais qualificados para atender as demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, particularmente aos do aluno autista. Embora o Plano Nacional de Educação de 2001 (p.129/130) ressalte essa necessidade, o que visualizamos na contemporaneidade são salas de aulas abarrotadas de alunos e educadores sozinhos para coordenar tudo e todos.

Outro importante quesito que infere aos desafios da educação brasileira é a falta de conhecimento, desde o topo da gestão municipal, passando pelas secretarias, pela gestão escolar e toda a comunidade acadêmica. A acomodação em não procurar meios de qualificação impede que o desenvolvimento aconteça, e por meio disso os alunos com necessidades educacionais especiais tem seus direitos violados.

Portanto, vemos que teoricamente os direitos estão sendo assegurados e a inclusão, através dos aparelhos normativos legais, está sendo efetivada, contudo, há de nos indagarmos de como está à realidade prática das escolas e particularmente dos docentes frente a essa demanda de trabalho e ensino com os alunos autistas, de outro modo, buscaremos conhecer qual a percepção dos professores frente ao tema autismo.

PERCEPÇÃO DOCENTE FRENTE AO AUTISMO: RESULTADOS

Devido à complexidade de características que possui uma criança disgnosticada com autismo, e também pela presença de dificuldades que existem ao incluir um aluno autista na sala de aula junto a outras crianças consideradas “normais”, o papel do professor tem se apresentado cada vez mais fundamental na perspectiva do êxito da escolarização do alunado autista, sendo assim, a percepção docente frente a esse tema constitui necessária de ser discutida a fim de que haja a reflexão crítica do nosso papel enquanto educador.

Para efeito de efetivação desse trabalho, foi escolhido a realização de entrevistas com professores que trabalham no ensino público da cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte, cuja abordagem se deu de com enfoque qualitativo, justamente por compreender que esse método contribui para a interpretação, pois nesse caso o investigador está comprometido com uma experiência cuja relação é interlocutiva entre sujeito e objeto (Creswell, 2007).

A pesquisa foi executada junto a sete professores do sistema público de ensino da cidade de Montanhas/RN escolhidos para responder um questionário composto por seis perguntas. O principal critério para a escolha dos professores foi à atual prática docente junto a alunos autistas. A entrevista aconteceu mediante contato prévio por

telefone para agendamento do dia e melhor local para a realização da pesquisa, deixando claro também de antemão os objetivos dessa pesquisa.

As entrevistas são, de acordo com Lakatos, Markoni (1996), dados que se faz necessário que o entrevistador disponha de tempo e tenha atenção há alguns cuidados, dentre os principais pode-se destacar: o planejamento da entrevista; a escolha do entrevistado; a oportunidade da entrevista; as condições oportunas para deixar claro ao entrevistado que seu nome estará sob sigilo, e por fim a utilização de um questionário para conduzir a entrevista.

O ponto chave de toda entrevista foi o de conhecer a percepção dos professores sobre o autismo, assim como de buscar desvender a realidade das escolas públicas desse município no que se refere aos aspectos de inclusão do alunado autista, bem como as principais dificuldades, práticas pedagógicas e formação docente a esse respeito.

Nesse sentido, se pode constatar que todos os docentes entrevistados compreendem que o autismo é uma doença neurológica que afeta diferentemente os indivíduos, que merece cuidados especiais quando se refere a escolarização do aluno autista, e que seu acompanhamento deve ser trabalhado de forma conjunta, entre escola e família. Percebemos nas respostas que a maioria descreve algumas características de seus alunos autistas para demonstrar seu conhecimento sobre a questão, como por exemplo os aspectos da lentidão em aprender, a alta irritabilidade ou distúrbios linguísticos.

De acordo com Aires, Araújo e Nascimento (2015, p. 6) as características relacionadas ao desenvolvimento do aluno autismo são notoriamente lentas, e ocorre de forma gradual, isto é, o professor necessita agir de maneira diferenciada com esse aluno, sempre respeitando seu nível e adaptando o conteúdo a determinada realidade que é diferente de outro aluno também dignotificado com autismo, pois cada um percebe o universo que o envolve de maneira individualizada. Para isso ocorrer com melhor resultado possível, deve a escola se adequar de acordo com o sistema de comunicação de cada aluno.

Na sala de aula, os professores tentam incluir seus alunos, embora esses não acompanhem o mesmo ritmo. Por causa disso, as crianças autistas possuem uma pessoa particular para ficar cuidando-o durante todo o horário na escola. Embora haja esse

cuidador, incluir se torna um desafio, pois as atividades geralmente precisam ser adaptadas.

Praça (2011, p. 25) aponta a respeito das crianças com autismo:

[...] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele.

Essa visão ainda preconceituosa de que a interação não acontece entre as crianças autistas e as demais ainda é presente. Um professor, em particular relatou que as parte das crianças tentam se aproximar dos alunos com TEA, mas outras não. Apenas um docente se posicionou com esse pensamento, o de que existe a incapacidade das crianças autistas relacionar-se com as demais, e a justificativa foi a de que o autismo nesse aluno se encontraria num grau muito elevado.

Com relação ao atendimento psicológico que os alunos autistas possuem, quatro professores desconhecem se o aluno é acompanhado nesse sentido, e três afirmaram que os alunos possuem atendimento psicológico, seja pelo sistema único de saúde (SUS) e/ou pelo sistema privado. Já em relação ao atendimento educacional especializado cem por cento dos entrevistados disseram que os alunos são assistidos. O fato de possuir o AEE ajuda e muito o trabalho do docente regente, inclusive em colaborar para o conhecimento de toda a comunidade pedagógica a respeito do aluno autista.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa teve como norte conhecer a percepção dos docentes sobre o tema autismo, identificando assim qual o posicionamento do professor a respeito do alunado autista e dos colegas de classe, bem como entender as dificuldades que o cotidiano escolar apresenta para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais, e nesse sentido desvendar qual o pensamento que envolve os educadores do sistema público de ensino do município de Montanhas/RN frente à essas demandas.

A partir da análise das entrevistas podemos verificar que a percepção docente sobre o autismo ainda é vaga, e remete a classificá-lo de modo vagaroso, o que significa a existência de um despreparo profissional em termos de conhecimento frente a essa questão. Se o docente desconhece a fundo, ou conhece superficialmente, a questão do autismo ele não poderá planejar e muito menos executar com êxito um trabalho pedagógico que flua para o pleno desenvolvimento das capacidades do educando.

Todavia, é importante ressaltar que durante a entrevista muitos professores demonstraram interesse sobre o tema, e expressaram a angústia em não poder, devido à falta de tempo, participar de formações para aperfeiçoamento da temática em questão. Com isso, observou-se que existe a necessidade da escola, ou poder público investir em cursos de capacitação, pois o contrário remete o maior prejudicado ao aluno autista.

Por fim, evidenciou-se que o processo de inclusão, que não ocorre somente mediante a realização da matrícula de um aluno com necessidades educacionais especiais está muito distante de acontecer plenamente conforme está disposto nos documentos legais que regem o sistema público de ensino brasileiro. Nossa realidade precisa ainda ser muito discutida e fiscalizada pela comunidade, os professores necessitam de formação, e só assim obteremos sucesso rumo a inclusão plena de alunos autistas.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Severina Sílvia Maria Oliveira. Tese: **João, uma criança com olhar de estrela – O autismo: um estudo de caso.** 2004.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** Rev. Bras. Psiquiatria, v.28, supl.1, p.3-11, 2006.

WING, L., **Princípios de Educação Terapêutica para Ninões Autistas.** Santillana: Madrid,1982.

Instituto PENSI. **A história do autismo.** Retirado do site: <https://institutopensi.org.br/>. Acessado em: 08/11/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MECSEESP, 2001a.

MARCHESI, Á. MARTIN, E. **Da terminologia do distúrbio às necessidades especiais.** In: COLL. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COMITÊ EDITORIAL. **Inclusão**/ Revista da Educação Especial. Brasília/ Secretaria de Educação Especial. Ano 2, n. 2, agos 2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. p.3.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Inclusão e exclusão social. Módulo 2- Convivência democrática. Brasília, 2007b, p.6.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL, **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite**. Lei nº 7.612 de 17 de novembro de 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha: Direitos das pessoas com autismo**. 1ª ed, 2011. São Paulo –SP.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

PRAÇA, E. T. P. de. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de ciências exatas. Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, 2011. Disponível em:< www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertação-Elida.pdf >. Acesso em: 16 de novembro. 2018.

Submissão: janeiro de 2024. Aceite: fevereiro de 2024. Publicação: julho de 2024.